

FHC

MARCIO MOREIRA ALVES



de Brasília

FH acha que... (I)

• “Eu continuo otimista. Este Governo está dando certo e vai continuar a dar certo”, diz o presidente Fernando Henrique. Sempre que volta de viagem sente-se revigorado e, na Bolívia, encontrou motivos para usar o óculos cor-de-rosa. Assinou o acordo para a construção do gasoduto para São Paulo e para o Sul do país, que começou a ser negociado há mais de 30 anos por Juscelino Kubitschek.

Há recursos para concretizá-lo, a Petrobras, que era contra, entrou no negócio, é possível mudar a matriz energética do país. A memória de JK parece ser, mais e mais, o modelo de Fernando Henrique. Os 42 projetos que escolheu como prioritários repetem o plano de metas de Minas Gerais que projetou Kubitschek no cenário nacional. É um outro binômio, energia e transportes, com tinturas no campo social.

Há, é claro, contradições impostas pelo tempo. JK impulsionou a expansão da Vale do Rio Doce. Fernando Henrique está decidido a vendê-la, embora não saiba bem como, pois ainda não teve tempo de estudar a proposta final da Comissão de Privatização, concluída na quinta-feira à noite. Tem, sobre o assunto, certezas e dúvidas.

As certezas são quanto à necessidade de vender a empresa e como usar o dinheiro resultante. FH acha ser politicamente inviável fazer o dinheiro desaparecer no Banco Central para pagar uma parcela da dívida pública interna. Igualmente inviável seria diluir os recursos no Orçamento. Quer este dinheiro bem visível, depositado em um Fundo Nacional para a Infra-Estrutura, a ser criado no BNDES e pelo banco gerido. Como há previsões orçamentárias para investimentos em infra-estruturas, parte delas poderia ser liberada para o pagamento de dívidas. Finalmente, tampouco considera viável utilizar os recursos apenas nos oito estados onde a Vale atua. Eles serão utilizados em projetos regionais, que talvez beneficiem preferencialmente estes estados, mas não somente a eles.

As dúvidas são relativas à forma de vender a empresa. Muitas pessoas que a conhecem e, em especial, o grande responsável pela sua liderança mundial, Eliezer Batista, têm dito ao presidente que seria mais rentável para o Estado vender separadamente cada uma de suas áreas de negócios.

Ou seja: fazer leilões para as minerações de ouro e cobre, para a fabricação de alumínio, para a celulose, e, finalmente, para a área de exploração, transporte e comercialização de minério de ferro, que é a sua atividade principal.

Os encarregados de modelar a venda, BNDES e Merrill Lynch, são contra esta maneira de negociar, por ser mais demorada e complicada.

Fernando Henrique acha as privatizações necessárias, mas quer fazê-las da melhor maneira possível. Diz que o Estado brasileiro tem um patrimônio gigantesco, que, mesmo não se contando os 80 bilhões que vale a Petrobras, pode ir a muito mais de 100 bilhões de dólares, só com o resultado das vendas do setor elétrico e do de telecomunicações. Não vê motivos para se liquidar um patrimônio deste tamanho na Bacia das Almas, só para fazê-lo rápido.

As incertezas do presidente podem alterar o cronograma proposto para os três leilões de ações pelos encarregados da venda, que deveria estar concluído no primeiro semestre de 1997.

A aprovação pela Câmara do projeto do deputado Antônio Kandir de desonerar as exportações do peso do ICMS é outro fator de alimentação do otimismo presidencial. Fernando Henrique não tem dúvidas sobre a aprovação da medida pelo Senado, na próxima semana, e sabe que a eliminação do ICMS aliviará a pressão dos exportadores na atual política cambial, defendida com unhas e dentes pelo diretor da área externa do Banco Central, Gustavo Franco. Recomenda que se leia um ensaio que Gustavo recentemente terminou sobre câmbio e desenvolvimento, segundo ele, muito competente. Reconhece que a vocação para a polêmica do garnisé de briga da equipe econômica cria problemas, mas os problemas criados pelo Serjão são ainda maiores.

Aliás, a evolução das pesquisas sobre as eleições municipais não está desagradando exageradamente ao presidente, embora o preocupem as previsões da cidade de São Paulo. Acredita ainda ser possível um crescimento da candidatura de José Serra, cujo lançamento incentivou vigorosamente, ao ponto de ultrapassar Luiza Erundina e forçar um segundo turno com Celso Pitta. Os resultados da pesquisa da Vox Populi, registrando uma reação de Serra, que Sérgio Motta lhe comunicou por telefone, dão uma vaga base a essa esperança.

O importante, segundo FH, é que nenhum partido sairá das eleições suficientemente fortalecido para, no dia seguinte, bater à porta do Palácio do Planalto exigindo uma maior participação no Ministério. Os principais partidos da base de sustentação do Governo, PSDB, PFL, PMDB, sairão do pleito relativamente equilibrados. Haverá um crescimento sensível no número de prefeituras comandadas pelo PSDB, principalmente em São Paulo e em Minas Gerais, e um decréscimo no número das que estão hoje em mãos do PMDB.

Aécio Neves, presidente do PSDB de Minas Gerais, procurou o presidente para comunicar-lhe a previsão de vitória em cerca de 250 prefeituras do estado, inclusive em Belo Horizonte. Esse número significaria um quarto do total de prefeitos que o PSDB espera eleger no país inteiro, o que reforçaria a influência da sessão mineira sobre as decisões do partido, especialmente no caso de uma derrota na capital de São Paulo.

Fernando Henrique não acredita que o resultado das prefeituras tenha influência sobre as eleições para governador e para presidente da República. Diz que prefeito elege é deputado.

(Terça-feira: FH acha que...)

(II)